

Mudança na meta de inflação

Taxa prevista para o próximo pode chegar a 6,5%, o que abre espaço para queda dos juros

BRASÍLIA – A meta de inflação para o próximo ano vai subir de 3,25% para 4%. A mudança, anunciada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, inclui a elevação da margem de tolerância de dois pontos percentuais para dois e meio. Com isso, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado para o cálculo da meta, poderá chegar a 6,5% em 2003. A medida, tomada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), abre espaço para a redução da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 18,5% ao ano, admitiu o diretor de Política Econômica do Banco Central, Ilan Goldfajn. Na reunião do CMN, foi ainda fixada em 3,75% a meta de

inflação para 2004.

A nova margem de variação da meta valerá a partir do ano que vem. Goldfajn explicou que a alteração foi feita para acomodar os choques econômicos, como a variação do câmbio. Ele ressaltou que o tamanho da banda segue uma lógica e está sujeito a aperfeiçoamentos. “Na medida em que o Brasil é um país em desenvolvimento, a volatilidade de seus choques tem sido maior do que em outros países que utilizam o mesmo sistema de câmbio”, disse.

Para este ano, não houve mudança. Segundo Malan, a previsão é de que a inflação fique em torno do teto da meta, ou seja, 5,5%.

“Não seria apropriado no meio do ano rever a meta”, ponderou. O aumento da meta de 2003, entretanto, deveu-se ao fato de a inflação de 2002 estar perto do teto, o que provocará reflexos no IPCA do próximo ano.

Goldfajn disse que o Banco Central poderá reduzir a Selic, caso se mantenham as condições favoráveis e as incertezas no mercado financeiro sejam aliviadas.

A chefe da assessoria de Pesquisas Econômicas da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Luciana de Sá, comemorou a decisão. “Foi positivo e abre uma flexibilidade para a redução da taxa de juros”, comentou. O ministro

do Planejamento, José Guilherme Dias, garantiu que a mudança não implicará em mudanças no orçamento da União deste ano ou na programação orçamentária de 2003.

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no entanto, subiu de 9,5% para 10% ao ano. A nova taxa vai vigorar nos meses de julho, agosto e setembro. O aumento levou em conta a inflação projetada para os próximos 12 meses e a variação do prêmio de risco Brasil. A elevação da TJLP atinge pessoas físicas e jurídicas. A taxa é usada nos financiamentos habitacionais da Caixa Econômica Federal e nas linhas de crédito concedidas pelo BNDES.